

Programas federais de alfabetização de jovens e adultos: do Plano Nacional de Alfabetização ao Programa Brasil Alfabetizado

Claudia de Souza Teixeira¹, Elaine de Araújo Guimarães²

Resumo

Este artigo objetiva apresentar algumas reflexões sobre programas federais de alfabetização de jovens e adultos, desenvolvidos nos últimos cinquenta anos no Brasil, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, apresenta um breve histórico desses programas e evidencia seus principais objetivos, estratégias e problemas. Considerou-se, na análise, que as propostas metodológicas educacionais voltadas para esse público poderiam ser mais exitosas se ideias de Paulo Freire fossem levadas em conta. O estudo baseou-se em trabalhos sobre a alfabetização de jovens e adultos e sobre os programas de alfabetização analisados, além de documentos e notícias de órgãos governamentais. Concluiu-se que os programas federais em questão não atingiram seus objetivos, em especial, porque houve descontinuidade nas políticas públicas educacionais e falta de efetivo compromisso de muitos gestores públicos com a alfabetização de jovens e adultos. Também foi observada a adoção de estratégias pedagógicas inadequadas, mesmo quando se previa a interação com ideias de Freire.

Palavras-chave

Educação de Jovens e Adultos. Paulo Freire. Programas de Alfabetização.

¹ Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: claudia.teixeira@ifrj.edu.br.

² Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Nilópolis, Brasil. E-mail: elaineamaraes@hotmail.com

Federal literacy programs to young and adult people: from the National Educational Plan to the Literate Brazil Program

Claudia de Souza Teixeira³, Elaine de Araújo Guimarães⁴

Abstract

This paper aims to present some reflections on the federal literacy programs developed for young and adult people, in the last fifty years in Brazil, based on a bibliographic and documental research. In order to do so, it presents a brief history of these programs and evidences their main objectives, strategies and problems. In this analysis, it was considered that the educational methodological proposals to this public would be more successful if some ideas of the Paulo Freire were taken in consideration. This study was based on academic works about literacy of young and adult people and about the literacy programs analyzed, as well as some documents and news from government agencies. It concluded that these federal programs have not achieved their goals mostly because there was discontinuity in the educational public policies and lack of effective commitment from many public managers with the literacy of young and adult people. It was also observed that inadequate strategies were adopted, even when the interaction with Freire's ideas was planned.

Keywords

Young and Adult People Education. Paulo Freire. Literacy Programs.

³ PhD in Vernacular Letters, Federal University of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil; professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: claudia.teixeira@ifrj.edu.br.

⁴ Specialist in Youth and Adult Education, Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro, Campus Nilópolis, State of Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: elaineamaraes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A alfabetização pode ser definida como o processo de apropriação do sistema de escrita, dos princípios alfabético e ortográfico, que possibilita às pessoas lerem e escreverem com autonomia (CARVALHO; MENDONÇA, 2006). Na sociedade contemporânea grafocêntrica, é essencial que, pelo menos, se dominem esses princípios. No entanto, conforme Soares (2003), atualmente, exige-se mais do que a alfabetização: “só recentemente passamos a enfrentar essa nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente” (SOARES, 2003, p. 20).

Dessa forma, é necessário que ocorra o letramento, definido pela autora como o estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e de escrita, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral (SOARES, 2003). Conclui-se, então, que, nos dias atuais, ser apenas alfabetizado é insuficiente para a plena participação do indivíduo na sociedade. No entanto, no Brasil, milhões de jovens e adultos ainda não conseguiram sequer estar nessa condição.

É urgente, portanto, que esses indivíduos, que compõem parte da massa produtiva do país, saiam da condição de analfabetos, pois, conforme o Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD),

a alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do *continuum* da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. (BRASIL, 2009, p. 7)

Logo, ser alfabetizado é um dos passos iniciais para que os indivíduos possam ampliar suas habilidades discursivas, seu conhecimento de mundo, sua atuação na sociedade, entre outros aspectos. Além disso, um país não pode ser considerado desenvolvido se uma parcela considerável de seu povo não for alfabetizada.

Gadotti e Romão (2008) afirmam que, para que o analfabetismo no Brasil seja combatido, é necessário, além de mudanças sociais, uma política educacional eficiente:

[...] de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais. (GADOTTI; ROMÃO, 2008, p. 108).

Focando nas ações federais de combate ao analfabetismo entre jovens e adultos, este artigo apresenta reflexões sobre programas federais brasileiros de alfabetização implementados nos últimos cinquenta anos, desde o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) até o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Na análise, considerou-se que esses programas poderiam se tornar mais exitosos se levadas em conta concepções do educador e filósofo Paulo Freire. Por esse motivo, partiu-se do PNA, criado e dirigido por ele.

Segundo Strelhow (2010), a primeira campanha nacional de alfabetização aconteceu nos anos de 1950 devido, principalmente, à pressão internacional para erradicar o analfabetismo nas nações ditas “atrasadas”. Ainda de acordo com o autor, nesse período, houve grande mobilização social em torno da educação de adultos. Começou a ganhar destaque, a partir do final dessa década, a pedagogia de Paulo Freire, que viria a influenciar movimentos populares que valorizavam o papel da pessoa não alfabetizada como detentora de conhecimentos.

A pedagogia freiriana passou a ser considerada por muitos especialistas no assunto como um modelo para a educação de jovens e adultos. De acordo com Freire, a ação de ler e escrever é uma forma de transformar o mundo, vivenciando a realidade que nos envolve (FREIRE, 2000). Assim, ele promovia a alfabetização a partir do conhecimento de mundo dos educandos e fazia desse processo de aprendizagem uma conscientização político-social.

Considerando essas questões, o referencial teórico desse trabalho tratou de algumas concepções de Freire sobre educação e alfabetização de jovens e adultos, a partir, principalmente, de estudos de Gadotti (1996; 2008), de Lima (1965) e de Freire (1980; 1989; 2000; 2008). Para a análise dos programas federais de alfabetização de jovens e adultos, foram considerados os trabalhos de Beluzo e Toniosso (2015), Brasil e Zappellini (2017), Christofolletti (1997), Madeira (1992), Machado (s.d.), Rummert e Ventura (2007), Traversini (2003), Tufani (2016), além de documentos e notícias de órgãos governamentais.

As concepções de Paulo Freire sobre a alfabetização de adultos

Foi através dos resultados da alfabetização de adultos trabalhadores rurais, em 1963, no Rio Grande do Norte, na cidade de Angicos, que a metodologia de alfabetização de Paulo Freire ficou conhecida. Sua teoria foi valorizada também fora do Brasil, como no Chile e em alguns países africanos onde esteve, durante o exílio, na década de 1970 (GADOTTI, 1996). Essa metodologia chamou a atenção de políticos e educadores pela rapidez dos resultados e pela sua aplicabilidade. Ele não utilizava os métodos de alfabetização para crianças adaptados para adultos, mas criou uma forma de alfabetizar especificamente adultos e que funcionava de forma acelerada. Sua didática consistia, a princípio, em trabalhar com palavras que pertenciam ao cotidiano dos educandos. Chamou-as de “palavras geradoras”. Com base nelas, propunham-se situações problemas, que faziam os educandos refletirem sobre a realidade e descobrir outras palavras (GADOTTI, 1996).

Conforme Lima (1965), na metodologia freireana, a alfabetização começa com a pesquisa do “universo vocabular” do grupo de aprendentes, significando que há uma consideração pela realidade vivenciada pela comunidade em que o trabalho de alfabetização se insere. Nesse universo captado, atribui-se uma aplicabilidade a cada vocábulo e se constrói uma amostra, que compõe o grupo de palavras geradoras, ou seja, fonte de motivação para atividades dos Círculos de Cultura.

O Círculo de Cultura idealizado por Freire tem uma configuração física, pois é formado por um grupo de pessoas que se sentam em volta de um educador; e uma pedagógica, pois se compõe de educador e educandos. Nesse Círculo, o educador traz um assunto e incentiva os educandos a falarem sobre a ótica da conscientização sociopolítica; o que os leva a discutir temas que fazem parte de seu cotidiano. O diálogo é fundamental, e a tarefa do educador é “a de coordenar, jamais influir ou impor” (FREIRE, 2000, p. 11). É um momento de aprender, mas também de ensinar.

O Círculo de Cultura tem três momentos, a saber: a) a investigação temática: os componentes buscam palavras do seu meio social e do cotidiano; b) a tematização: as palavras são codificadas e decodificadas. Os temas gerados são discutidos com base em seu significado político-social, conscientizando os educandos sobre o mundo que os cerca; c) a problematização: todos são incentivados a superar a forma como veem o problema e a

passar a olhá-lo criticamente, buscando transformar o contexto em que vivem (FREIRE, 2000).

Os temas discutidos tornam-se elementos multiplicadores para formação de novas palavras no processo de alfabetização. Procura-se, então, utilizar “chaves aprendidas”, palavras geradoras que darão origem às novas palavras (LIMA, 1965).

Conforme Freire (1987), quando o desenvolvimento da aprendizagem ocorre levando-se em consideração a “cultura” dos educandos, a sua “leitura de mundo”, respeitando-se seu conhecimento prévio, surge a comunicação, o diálogo, e acontece uma troca de saberes. Segundo o autor, “No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em ‘reciprocidade de consciências’; [...] que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo” (FREIRE, 1987, p. 12).

Freire (1997, 2008) entendia a dialogicidade como o principal instrumento para provocar a conscientização dos indivíduos envolvidos no processo de alfabetização. Sua prática de ensino visava a uma escola democrática, conscientizadora, que oportunizasse aos sujeitos participantes o desenvolvimento de uma consciência crítica e libertadora, a partir do momento em que entendiam, durante o processo da construção de conhecimento, o seu papel na sociedade.

O ensino, na perspectiva de Freire, requer um comportamento novo dos educandos. Eles não mais são passivos diante do saber, e não se geram respostas automatizadas. Os educandos devem ter uma postura ativa de decodificação e de codificação de novas palavras. A alfabetização, nessa perspectiva, exige também do professor um papel diferente do tradicional. Nele, o professor é detentor do saber, e aos educandos resta escutar e repetir o que supostamente aprenderam. A essa concepção, Freire chamou de educação bancária:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão, da absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p. 33).

No trabalho pedagógico de base freireana, a alfabetização é mais que decifrar código: trata-se da conscientização dos educandos de sua condição de oprimidos diante de uma política opressora, que não lhes permite atuar como cidadãos, com plenos direitos e deveres. Essa consciência deve ser incentivada na sala de aula, diante de uma proposta educadora que faça

muito mais que ensinar a decorar as letras do alfabeto. Ela deve levar os educandos a questionar a condição em que viveram até então e fazê-los compreender a importância do meio em que estão inseridos, por meio do conhecimento, num processo de libertação de um regime opressor. Conscientizar politicamente os educandos é um compromisso do educador:

Para que a alfabetização não seja puramente mecânica e assunto só de memória, é preciso conduzir os adultos a conscientizar-se primeiro, para que logo se alfabetizem a si mesmos. Consequentemente, este método – na medida em que ajuda o homem a aprofundar a consciência de sua problemática e de sua condição de pessoa e, portanto, de sujeito – converte-se para ele em caminho de opção. Neste momento, o homem se politizará a si mesmo. (FREIRE, 1980, p. 26).

Freire via cada educando com sua particularidade, cada um com sua história de vida. Defendia, então, que esta deveria ser considerada no processo de alfabetização. No livro *A importância do ato de ler*, ele comenta o relato de uma camponesa sobre a vontade de aprender a ler:

Quero aprender a ler e a escrever, disse, certa vez, camponesa de Pernambuco, para deixar de ser sombra dos outros. É fácil perceber a força poética se alongando em força política de que seu discurso se infundiu com a metáfora de que se serviu. Sombra dos outros. No fundo, estava cansada da dependência, da falta de autonomia de seu ser oprimido e negado. (FREIRE, 2000, p. 88).

O indivíduo deseja aprender para estar inserido mais ativamente no contexto social. No entanto, segundo Freire, esse saber deve levar à transformação: “Ler e escrever a palavra só nos faz deixar de ser sombra dos outros quando, em relação dialética com a ‘leitura do mundo’, tem que ver com o que chamo à ‘reescrita’ do mundo, quer dizer, com sua transformação.” (FREIRE, 2000, p. 88).

Programas de alfabetização federais brasileiros dos últimos 50 anos

Devido aos resultados positivos e à divulgação da sua experiência com a alfabetização de adultos, em Angicos, Rio Grande do Norte, em 1963, Freire foi chamado pelo presidente João Goulart (“Jango”) para organizar um Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Segundo Gadotti (2013), em julho daquele ano, o então ministro da educação, Paulo Tarso dos Santos, por meio da Portaria Ministerial nº 195, instituiu a Comissão de Cultura Popular, nomeando Paulo Freire como presidente dela. O objetivo era implantar, em âmbito nacional, sistemas educacionais de cunho popular.

O Programa Nacional de Alfabetização (PNA) foi iniciado oficialmente pelo Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964 (GADOTTI, 2013). O PNA previa a participação popular a partir de vários setores da sociedade (agremiações, sindicatos, associações etc.). Estava planejada a instalação de 60.870 Círculos de Cultura para alfabetizar aproximadamente 1.834.000 pessoas na faixa de 15 a 45 anos, porém, com o golpe militar, em março de 1964, Paulo Freire foi preso e, depois, exilado, segundo Gadotti, porque a Campanha de Alfabetização do educador “estava conscientizando imensas massas populares que incomodavam as elites conservadoras brasileiras” (GADOTTI, 1996, p. 72).

Em 1967, o governo militar criou um substituto para o PNA, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967). Os principais objetivos do Programa, segundo o Documento Básico: Mobral, eram “a erradicação do analfabetismo e a educação continuada de adolescentes e adultos”, uma vez que “os adultos e adolescentes alfabetizados são elementos importantes na produtividade do sistema econômico” (BRASIL, 1973, p. 12-13).

A prioridade era o atendimento à população urbana; dentre outros motivos, porque seria a que mais “padece de carências educacionais dados a complexidade da vida moderna e o sentido altamente competitivo da sociedade industrial” (BRASIL, 1973, p. 13). Embora o Mobral previsse o Programa de Alfabetização Funcional, o de Educação Integrada e o de Desenvolvimento Comunitário, o Documento Básico deixava bem claro que o primeiro era o principal.

Com relação à Alfabetização Funcional (definida no Documento Básico como à que leva o aluno a descobrir sua função no tempo e no espaço em que vive), objetivava levar os educandos a desenvolver a expressão e a compreensão da comunicação oral e escrita, o raciocínio, a criação de hábitos de trabalho, o conhecimento de direitos e deveres, a criatividade, o empenho na conservação da saúde e novas formas de vida e bem-estar. No entanto, percebe-se, nesse documento, um grande foco na alfabetização para os indivíduos terem condições de produzir na sociedade industrial. Isso diferia do projeto freireano de uma educação crítica, conscientizadora e libertadora.

Apesar de também se adotar o trabalho com palavras geradoras, nas aulas do Mobral, não se considerava o conhecimento prévio dos educandos. O uso da cartilha padronizada para todo o território nacional era o principal material didático, desconsiderando-se também as diferenças

regionais e culturais. Sobre isso, afirma Horiguti (2009 *apud* BELUZO; TONIOSSO, 2015, p. 201):

Acreditamos que o “método” de Paulo Freire e o MOBREAL baseiam-se em filosofias e metodologias totalmente opostas - enquanto o primeiro procura partir dos conhecimentos prévios dos alunos, levando em consideração suas experiências de vida, suas particularidades, e a partir destes pontos ocorre o trabalho com os conteúdos de ensino, no segundo, houve uma massificação e imposição dos conteúdos, sem atentar às diferenças regionais e singularidades dos alunos.

Segundo Beluzo e Tonioosso (2015), em 1980, foi anunciado que o Mobral passaria a priorizar as ações comunitárias e se abriria para experiências de alfabetização desenvolvidas de maneira mais crítica. No entanto, a partir de 1982, o ensino pré-escolar tornou-se prioridade, e os adolescentes e adultos passaram a ser atendidos pelo ensino supletivo.

A falta de eficiência do Mobral foi constatada pelo próprio órgão em 1985, conforme assinala Christofolletti (1997, p. 19): “Em quinze anos de existência, o Mobral atendeu 40 milhões de pessoas; receberam certificado 15 milhões, mas, como admitia o próprio órgão em 1985, apenas 1,5 milhões de pessoas podiam ser consideradas alfabetizadas”. Conclui-se, portanto, que o Mobral não contribuiu, de fato, para a alfabetização da maioria das pessoas atendidas; não ajudando, como previsto no Documento Básico, na maior preparação delas para interpretar o tempo e o espaço em que viviam.

Silveira (2015) informa que, na década de 1970, houve denúncias no Senado, que inclusive instaurou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), de manipulação política e de dados, além de desvios de verba no Mobral. Para além disso, no entanto, não se pode deixar de evidenciar a adoção de metodologias inadequadas, inclusive com a deturpação das estratégias de alfabetização de Paulo Freire, como já mencionado. Esses fatores podem ser considerados essenciais para explicar o insucesso do Mobral.

Após o período da ditadura militar e a posse do presidente civil José Sarney (que assumiu a Presidência da República após a morte do candidato Tancredo Neves, eleito por meio do voto indireto do colégio eleitoral), o Mobral foi substituído, em 1985, pelo Projeto Fundação Educar.

O novo projeto tinha como objetivo a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formais destinados a adultos, visando erradicar ou reduzir significativamente o analfabetismo entre eles. Isso deveria ser realizado a partir de convênios, contratos e acordos

do governo federal (financiador) com órgãos e entidades públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entidades privadas (SOUZA JÚNIOR, 2012), de forma a alcançar as áreas de maior concentração de analfabetos, inclusive as rurais. Era, portanto, um modelo descentralizado de gerenciamento das ações.

O Educar foi marcado, no entanto, por escassez de recursos, que dificultou ações mais abrangentes. A divulgação das propostas da Fundação foi insuficiente, causando uma articulação precária entre ela e as Secretarias de Educação e, ainda, uma indefinição quanto à estrutura e ao funcionamento das coordenações locais. Além disso, a capacitação dos professores foi descontinuada, e muitas prefeituras não investiram na infraestrutura necessária ou até desistiram do Projeto devido aos atrasos nos repasses de verbas pelo Governo Federal (SOUZA JÚNIOR, 2012).

Uma das grandes diferenças entre as propostas do Educar e de Paulo Freire foi a desconsideração das realidades dos educandos. Isto é comprovado pelo fato de a Fundação produzir e distribuir os mesmos materiais didáticos para todo o país. Além disso, segundo Costa (2006), os procedimentos que, de alguma forma, tinham semelhanças com a metodologia de Freire, como o uso de palavras-chave (ou palavras geradoras), eram esvaziados do sentido crítico e problematizador e não visavam levar os educandos a libertar-se da subordinação social.

A partir de um estudo detalhado, inclusive envolvendo entrevistas com pessoas que atuaram no Educar, Souza Júnior (2013) afirma que os dados sobre o número de alunos atendidos pelo Projeto e sobre os resultados dele são imprecisos, mas defende que houve indiferença por parte de gestores públicos e coordenadores locais com a alfabetização de adultos devido a interesses políticos e pessoais.

Pelo exposto, pode-se concluir que a falta de comprometimento real de responsáveis pelas ações do Projeto, os problemas de estrutura, as falhas no repasse de verbas e o uso de metodologias inadequadas contribuíram para que, no final do Educar, no Brasil, aproximadamente 20 % das pessoas com mais de 15 anos continuassem analfabetas, segundo dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil (INEP).

Em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello – primeiro presidente eleito pelo povo após a ditadura militar –, a Fundação Educar foi extinta. Por meio do Decreto nº 99.519 (BRASIL, 1990), foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC),

que atenderia crianças, jovens e adultos, inclusive deficientes. Esse Programa tinha as seguintes finalidades, segundo o Art. 1º do Decreto:

I - oferecer sugestões com vistas à formulação de diretrizes para a concepção da Política e do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; II - identificar iniciativas e projetos de alfabetização, em curso, visando à articulação das ações neles contidas; III - propor critérios para alocação de recursos públicos para os planos e projetos de alfabetização de entidades públicas e privadas integradas ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; IV - aprovar o regulamento de concessão do Diploma do Mérito Nacional de Alfabetização. (BRASIL, 1990).

Madeira (1992) esclarece que o PNAC tinha como objetivo diminuir o analfabetismo em 70% no prazo de cinco anos e universalizar o ensino fundamental. É relevante lembrar que a Constituição de 1988, em seu Art. 214, item I, já previa a criação de um plano nacional de educação que, entre outros objetivos, visasse à erradicação do analfabetismo.

Com relação à educação de jovens e adultos, o PNAC pretendia não só promover a alfabetização, mas também “garantir a continuidade dos estudos aos egressos de programas especiais de alfabetização” (BRASIL, 1991, p. 26), com a inserção deles nos sistemas de ensino regular e supletivo. As ações de alfabetização deveriam envolver toda a sociedade civil por meio de comissões municipais, estaduais e nacional (Comissão Nacional do PNAC), no entanto, vários recursos foram liberados, sem controle das comissões, para instituições que, muitas vezes, não tinham real preocupação com a alfabetização. Assim, o PNAC foi caracterizado, segundo Machado (s.d.), por muita propaganda e caráter demagógico e não beneficiou diretamente a população analfabeta.

O próprio ministro da Educação, José Goldenberg, em 1991, demonstrou pouco interesse na alfabetização de adultos. Isso ficou claro, em um trecho de sua entrevista ao *Jornal do Comércio*, em 12 de outubro desse ano, conforme mostra Di Pierro:

O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outras profissões que não exigem alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar. Vamos concentrar os nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Fazemos isso agora, em dez anos, desaparece o analfabetismo. (GOLDENBERG, 1991 *apud* DI PIERRO, 2000, p. 100).

Segundo Rosar e Cabral (2001), os poderes públicos não assumiram a responsabilidade de implementar a proposta e mobilizar a população; o contingenciamento de verbas causou o

sucateamento das escolas e até das universidades, que deveriam dar apoio técnico ao Programa; e houve apenas iniciativas isoladas em alguns estados.

Assim, de acordo com as autoras, a Comissão Nacional do PNAC elaborou outro documento, o Plano Nacional de Alfabetização e Educação Fundamental, modificando algumas estratégias do anterior, inclusive retomando ideias de Paulo Freire sobre alfabetização (leitura do mundo e da palavra). O documento deveria ser discutido e aprovado numa conferência em outubro de 1991, mas ela não aconteceu devido às mudanças na Presidência da República. Mais uma vez, a falta de compromisso real com a educação e a descontinuidade dos governos prejudicaram a população analfabeta.

Após o impeachment do presidente Collor, ocorrido em outubro de 1992, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu seu lugar. Em seu governo, foi criada uma comissão nacional para implantar um programa sistemático “não apenas para alfabetização, mas para garantia do ensino fundamental de jovens e adultos, em meio à construção do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) e às discussões para o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (AGLIARDI, 2012, p. 9).

Em 1993, foi aprovado o Plano Decenal de Educação para Todos, que, segundo seu Documento Base, respondia “ao dispositivo constitucional que determina ‘eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental’ nos próximos dez anos” (BRASIL, 1993, p. 14). Em 1994, foram elaboradas as Diretrizes da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Esses documentos apontavam para ações a serem realizadas em longo prazo, sem especificar maiores detalhes sobre como o trabalho pedagógico seria realizado.

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei nº 9.394, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996). A nova LDB, no seu Art. 37, garante que “Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas” e que “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”. Não há, entretanto, nenhuma menção específica à alfabetização desses educandos.

É preciso destacar que, em 1996, conforme Carvalho (2014), a Emenda Constitucional nº 14/1996 (EC 14/1996), que instituiu o Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), tirou, “das Disposições Transitórias da

Constituição Federal de 1988, o artigo que responsabilizava o governo e a sociedade civil por erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental num prazo de dez anos.” (CARVALHO, 2014, p. 636). Além disso, devido a um veto presidencial, excluiu-se a EJA do recebimento de recursos federais⁵. Isso acabou levando ao descumprimento, em muitos lugares, da garantia constitucional de ensino gratuito para o público dessa modalidade de ensino.

Em janeiro de 1997, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sucessor de Itamar Franco, manteve o caráter de descontinuidade das políticas educacionais e criou o Programa Alfabetização Solidária (PAS), com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismos entre jovens e adultos, principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos, e promover a oferta pública de EJA (DI PIERRO, 2000). O PAS previa que o Governo Federal apenas financiaria parte dos gastos e que a verba seria distribuída às Instituições de Ensino Superior (IES) para a implementação do Programa.

Segundo Traversini (2003), os alfabetizadores do PAS desenvolviam a aprendizagem por meio de palavras-chave; partiam das experiências de vida de educandos e educadores; apesar de usarem cartilhas e livros distribuídos pelo MEC, adaptavam os textos à realidade dos alfabetizandos; realizavam atividades de produção de textos que serviam para discutir questões consideradas importantes para a comunidade. Portanto, pode-se afirmar que havia pontos em comum entre o PAS e as ideias de Paulo Freire. Porém o Programa apresentava falhas marcantes, como alfabetização por módulos; parcerias com instituições de ensino superior, empresas e instituições privadas (configurando-se uma “terceirização” do dever do estado de promover a educação); rotatividade de alfabetizadores, estes normalmente leigos, sem formação acadêmica pedagógica, que mudavam a cada seis meses; atraso nos pagamentos dos profissionais, entre outros problemas. Para Barreyro (2010), o PAS parecia ser regido pelo baixo custo, pela filantropia e pelo assistencialismo. Depreende-se, da pesquisa da autora, que não foi possível superar a mera alfabetização básica em prol de uma educação formal emancipadora e continuada.

No primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PAS foi substituído pelo Programa Brasil Alfabetizado (PBA), instituído pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de

⁵ Só em 2007, com a substituição do Fundef pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, a EJA passou a fazer jus aos recursos federais (MAGALHÃES, 2014).

2003. Segundo o Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado (BRASIL, 2011), o Ministério da Educação poderia selecionar entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, inclusive instituições de educação superior, para desenvolver as ações de alfabetização do Programa. O documento esclarece ainda que as verbas repassadas pela União poderiam ser utilizadas com os seguintes propósitos: pagamentos de bolsas para professores e coordenadores; formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas; aquisição de material pedagógico; transporte, alimentação escolar e compra de material para os alfabetizandos; assistência técnica, compreendendo formulação, monitoramento e avaliação do Programa. O valor do apoio financeiro, repassado em parcelas, tinha como base de cálculo o número de alfabetizandos e alfabetizadores.

Na página do Programa, no sítio do MEC (BRASIL, 2018), consta o seguinte:

O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.

O PBA visava erradicar o analfabetismo no Brasil entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos. O documento da SECAD intitulado “Princípios, diretrizes, estratégias e ações de apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: elementos para a formação de coordenadores de turmas e de alfabetizadores” (BRASIL, 2011, p. 7) afirma que o PBA tinha como um dos objetivos principais “o acesso e a permanência desses jovens e adultos nos processos educativos”.

Como informação complementar, deve-se mencionar ainda que, em 2007, o MEC criou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) (Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007). O programa objetivava “estabelecer um programa nacional de fornecimento de livro didático adequado ao público da alfabetização de jovens e adultos como um recurso básico, no processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, não paginado). Em 2009, o PNLA foi incorporado pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CD/FNDE nº 51/2009), conforme informa a página do PNLD-EJA 2013/2014 (BRASIL, 2019b).⁶

⁶ Este é uma ramificação do Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), instituído em 1985. Esse Programa, segundo informações da sua página no sítio do MEC (BRASIL, 2019), destina-se “a avaliar e a

O PBA parece, em teoria, retomar os princípios de Freire, uma vez que visava à alfabetização considerando a dialogicidade, o conhecimento de mundo dos educandos, assim como possibilitava ao público da EJA “aprendizagem significativa, compreendendo a escrita como patrimônio sociocultural e o processo de alfabetização em estreita relação com a vida dos sujeitos” (BRASIL, 2011, p. 9). Ainda, segundo o documento da SECAD,

Desta forma o processo de alfabetização deverá contemplar: a escrita da língua portuguesa e a matemática a partir de uma abordagem que considere as relações das práticas cotidianas vivenciadas nos diversos contextos sociais; as práticas de leitura considerando diferentes linguagens, valorizando aspectos relacionados à diversidade cultural e ao mundo do trabalho, garantindo a apropriação de conhecimentos e direitos que contribuam para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2011, p. 9)

Deve-se destacar ainda que, entre os conteúdos mínimos para formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas, que constam do Anexo I do documento, estão previstos os conhecimentos advindos das contribuições de Freire para a alfabetização de adultos.

Tufani (2016) afirma que, embora deveriam ser revistos alguns de seus princípios, o PBA foi, talvez, umas das maiores iniciativas de alfabetização de jovens e adultos no mundo, e pode ser visto como “uma tentativa do governo em mitigar deficiências de um sistema de ensino desigual que afetou, negativamente, as camadas mais pobres da população no passado e que ainda continua a afetá-las no presente” (TUFANI, 2016, p. 1).

Embora o PBA tenha se iniciado há mais de 15 anos, faltam dados precisos sobre os índices de aproveitamento do público que participou dele. A partir de 2015, tornou-se mais difícil conhecer os indicadores dos resultados, pois a Plataforma de Gestão de Indicadores do PBA, hospedada no Portal Brasileiro de Dados Abertos (BRASIL, 2018), foi desativada.

De acordo com Brasil e Zappellini (2017), a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, mostrou que houve uma redução de 3,5%, entre 2003 e 2014, do número de analfabetos no Brasil. No entanto, não se encontram informações precisas sobre a contribuição do PBA para essa redução.

Segundo notícia publicada, em 2016, no Portal do MEC, o atendimento no Brasil Alfabetizado diminuiu desde 2013. Para 2017, a proposta era ampliar o número de vagas, corrigir falhas e aprimorar o Programa. Um dos problemas detectados era que apenas 7% dos

disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica”.

alfabetizando continuaram na EJA (BRASIL, 2016). No entanto, não é possível encontrar informações precisas sobre o andamento de ações mais recentes.

Rummert e Ventura (2007), por outro lado, ao discorrerem sobre o PBA, defendem que ele apresentava pontos em comum com outros projetos federais de alfabetização, tais como o Programa Alfabetização Solidária (PAS). Dessa forma:

Questionava-se, desde o início, seu caráter de campanha, as bases de sua concepção, análogas às de tantas iniciativas fracassadas já implementadas em outros períodos históricos - como o MOBREAL e o PAS - e a desconsideração de amplo conjunto de trabalhos que evidenciam as fragilidades e limites de tais iniciativas. Diálogos entre a SECAD e especialistas da área, ao longo do período de implementação do Brasil Alfabetizado, resultaram em algumas alterações no Programa. Entretanto, os ajustes e tentativas de acerto têm se limitado a aprimoramentos de uma mesma lógica, sem que se rompa com os fundamentos da concepção de programa emergencial que o estrutura. (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 36).

Ainda segundo as autoras, o PBA não reforçou a obrigação do governo de consolidar a EJA nos sistemas públicos de ensino, pois não assumiu o compromisso de uma alfabetização contínua interligada com as políticas públicas que buscassem “assegurar o acesso universal dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental e Médio na modalidade de EJA” (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 36). Como o próprio nome indica, é um programa, não uma política pública; o que implica maior facilidade para ser cancelado.

Para as pesquisadoras, o PBA tornou-se apenas mais uma tentativa ineficaz de reduzir significativamente o número aproximado de 15 milhões de analfabetos brasileiros em pleno século XXI. Prova disso foi o valor investido de R\$ 330 milhões entre os anos de 2003 a 2005, que só reduziu o número de analfabetos em 0,3%. Logo, “constituiu-se, assim, em mais um entre muitos processos de distribuição de ilusões relativas ao âmbito da educação empreendido pelas forças dominantes em atendimento à permanente necessidade de construção e manutenção de hegemonia” (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 36).

Ainda de acordo com as autoras, o PBA não levava em consideração o contexto socioeconômico e cultural dos jovens e adultos trabalhadores. Esse fato, então, contradiz o que preconiza o documento que delineia os princípios, diretrizes, estratégias e ações de apoio do Programa (BRASIL, 2011). Assim, não se pode afirmar que, na prática, ele tenha ido ao encontro da pedagogia freireana, já que Freire (1987) defendia um saber baseado nas experiências e vivências dos educandos.

Em pleno século XXI, as ações para combater o analfabetismo ainda acabam “mantendo uma parcela significativa da população à margem do processo de escolarização, substituído por mecanismos de certificação” (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 41). Portanto, evidencia-se outra diferença em relação à proposta de Freire, que acreditava numa educação em que os educandos não fossem impulsionados e motivados apenas a conquistar um diploma, mas que lhes ajudasse a tornarem-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres em sociedade.

Rummert e Ventura (2007, p. 41-42) apresentam a seguinte conclusão:

a atuação do Governo Federal continua predominantemente centrada nos números grandiosos de um programa como o Brasil Alfabetizado, cujos resultados estão, como vimos, longe do anunciado. Essa constatação aponta para o fato de que não dispomos, até hoje, de políticas que superem ações de governo implementadas a partir de objetivos e critérios discutíveis e se consolidem como políticas de Estado. Estão, assim, longe de ser atingidos objetivos como a superação de déficits quantitativos e qualitativos da EJA nas redes públicas, bem como da necessária isonomia no que tange ao financiamento público das diversas modalidades e etapas da educação básica.

O governo do presidente Michel Temer, em 2016, suspendeu o PBA, impedindo a adesão de novos ofertantes e o cadastramento de novos beneficiários e alfabetizadores voluntários. Porém, em 2017, o PBA foi retomado com a promessa de atender a 250 mil alunos, sem, no entanto, passar por qualquer mudança substancial na sua estrutura (BRASIL; ZAPPELINI, 2017). Como dito antes, atualmente, não há dados atualizados disponíveis em publicações do MEC sobre o PBA.

Cabe ainda mencionar que, neste ano de 2019, no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, o MEC instituiu, por meio do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, a Política Nacional de Alfabetização, por meio do qual o governo federal, com a colaboração dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, “implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional” (BRASIL, 2019a).

Segundo o Decreto, em seu Artigo 1º, a Política englobará “as diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal” (BRASIL, 2019a), atendendo desde crianças da educação infantil até jovens e adultos da EJA ou sem matrícula no ensino formal. No entanto, deixa-se claro que a prioridade são as crianças.

Deve-se destacar que, nos últimos anos, no Brasil, os governos têm priorizado o equilíbrio fiscal. Dessa forma, vêm sendo realizados cortes orçamentários em áreas essenciais, como na educação, o que só agravará as dificuldades para implantar, avaliar e melhorar as ações de alfabetização para jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve, como objetivo, analisar programas federais brasileiros de alfabetização para jovens e adultos desenvolvidos nos últimos cinquenta anos; desde o Plano Nacional de Alfabetização, coordenado por Paulo Freire, até o Programa Brasil Alfabetizado. Na análise, considerou-se importante que os programas levassem em conta as concepções desse educador. Ele, desde o final da década de 1950, tornou-se uma referência na educação de adultos por promover a alfabetização associada a uma formação humanizadora, crítica, democrática, dialógica.

O estudo evidenciou alguns distanciamentos, no planejamento e execução desses programas, em relação às ideias de Freire; o descomprometimento de gestores públicos com a alfabetização de jovens e adultos; e a descontinuidade nas políticas educacionais. Essa realidade, que compromete os resultados das iniciativas, é muito nítida quando se consideram os programas de alfabetização de jovens e adultos em questão.

Defendeu-se que a alfabetização é parte essencial do direito à educação e que ser alfabetizado é uma condição básica para que indivíduos atinjam o letramento, ou seja, participem exitosamente das práticas sociais de leitura e de escrita. Elas possibilitam oportunidades de aprendizagem mais ampla em todas as fases da vida e desenvolvimento pessoal, social, econômico, etc.

No Brasil, embora os índices de analfabetismo estejam diminuindo, em 2018, 6,8% da população acima de 15 anos era ainda analfabeta (IBGE, 2019). Isto quer dizer que milhões de brasileiros não estão plenamente inseridos na sociedade. Portanto, faz-se necessário que as políticas públicas de combate ao analfabetismo entre jovens e adultos avancem na perspectiva democrática e de promoção da cidadania.

REFERÊNCIAS

AGLIARDI, D. A. **Percursos e trajetórias das políticas e práticas educativas de jovens e adultos**: do direito à educação à diversidade. *In*: ANPED SUL, 2012. p. 1-15. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/268/474>. Acesso em: 1º jun. 2019.

BARREYRO, G. B. O Programa Alfabetização Solidária: terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educação em Revista**, Curitiba, n. 38, p. 175-191, set./dez. 2010. Doi: 10.1590/S0104-40602010000300012

BELUZO, M. F.; TONIOSSO, J. P. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação**: Ensino e Sociedade, Bebedouro, v. 1, n. 2, p. 196-209, 2015. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200716.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL, P. C.; ZAPPELINI, T. D. Articulação governamental nas políticas públicas: Programa Brasil Alfabetizado em perspectiva. *In*: SILVA, J.B.; RAMOS, P. R.; SILVA, R. L. N. da (coord.). **Direitos sociais e políticas públicas I**. Florianópolis: CONPEDI, 2017. p. 219-236.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94808/decreto-6093-7abetizado>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 99.519, de 11 de setembro de 1990. Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99519.htm. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA**. Brasília: SECAD; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_nacional_preparatorio_VI_CONFINTEA.pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia dos Livros Didáticos do PNLD EJA 2014**. Natal: EDUFRRN/Brasília: SECAD, 2014. Disponível em: http://www.fnede.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2014_EJA/pnld_eja2014.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores sobre Brasil Alfabetizado**. Brasília: Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2018. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/brasil-alfabetizado>. Acesso em: 1º ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba_passoapasso.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1993. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002599.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas Públicas: Brasil Alfabetizado será ampliado em 2017 e atenderá 250 mil jovens e adultos**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/204-10899842/39281-brasil-alfabetizado-sera-ampliado-em-2017-e-atendera-250-mil-jovens-e-adultos>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania: Marcos de Referência**. Brasília: MEC/SEB, 1991. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000684.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos 2013-2014**. Brasília: MEC, 2019b. Disponível em: <http://pnld.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Documento Básico do Mobral**. Rio de Janeiro: Guavira, 1973.

CARVALHO, M. P. O financiamento da EJA no Brasil: repercussões iniciais do Fundeb. **RBPAE**, v. 3, n. 3, p. 635 - 655, set./dez. 2014. Doi: 10.21573/vol30n32014.57618.

CHRISTOFOLETTI, E. Educação popular e educação de adultos. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v. 1, n. 9, p. 1-23, set. 1997. Disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/09elisabetchristofoletti_educacaoparaadultos.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

COSTA, A. C. M. Reflexões sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Interface**, Porto Nacional, v. 3, n. 3, p. 105-117, 2006. Disponível em

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/350/246>. Acesso em: 31 maio 2019.

DI PIERRO, M. C. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. 2000. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. Alfabetizar e politizar: Angicos, 50 anos depois. **RISA**, Angicos, v. 1, n. 1, p. 47-67, jan./jun. 2013. Edição Especial. Disponível em: <file:///C:/Users/ctfac/Downloads/3150-Texto%20do%20artigo-9594-1-10-20130401.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. *In*: GADOTTI, M. (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; UNESCO, 1996. p. 69-110.

GADOTTI, M. **MOVA: por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Diretrizes Nacionais. *In*: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008. p. 119-129.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem**. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>. Acesso em 19 jun. 2019.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <http://inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em: 31 maio 2019.

LIMA, L. de O. **Tecnologia, educação e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MACHADO, M. M. **A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por “solidariedade”**. Disponível em: http://forumeja.org.br/gt18/files/MACHADO.pdf_2_0.pdf. Acesso em: 3 abr. 2018.

MADEIRA, V. de P. C. O desafio fundamental do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC. **Em Aberto**, Brasília, ano 10, n. 50-51, p. 56-65, abr./set. 1992. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1813/1784>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ROSAR, M. de F. F.; CABRAL, R. M. R. Educação de jovens e adultos no primeiro ano do século XXI. **Educação em Revista**, Marília, v. 2, n. 1, p. 42-82, 2001. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/667>. Acesso em: 1º jun. 2019.

RUMMERT, S. M; VENTURA, J. P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade: considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Doi: 10.1590/S0104-40602007000100004.

SILVEIRA, M. Criado na ditadura por Médici, em 1970, Mobral queria erradicar analfabetismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 set. 2015. Disponível em: [destaque/criado-na-ditadura-por-medici-em-1970-mobral-queria-erradicar-analfabetismo-17468183](https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/destaques/destaque-criado-na-ditadura-por-medici-em-1970-mobral-queria-erradicar-analfabetismo-17468183). Acesso em: 01 jun. 2019.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Doi: 10.1590/S1413-24782004000100002.

SOUZA JUNIOR, M. R. de. **A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, 2010. Doi: 10.20396/rho.v10i38.8639689.

TRAVERSINI, C. S. **Programa Alfabetização Solidária**: o governo de todos e de cada um. 2003. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

TUFANI, C. O Programa Brasil Alfabetizado: uma pequena introdução e possíveis áreas de pesquisas. **International Policy Centre for Inclusive Growth**, n. 59, p. 1-4, 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/policy-research-brief-59-o-programa-brasil-alfabetizado-uma-pequena-introducao-e-possiveis-areas-de-pesquisa>. Acesso em: 6 jan. 2019.

Submetido em 24 de março de 2019.

Aprovado em 13 de junho de 2019.